

A MORAL E A MENTIRA EM JUÍZO

Ronaldo Antonio Messeder Filho

Juiz do Trabalho Substituto
Mestre em Direito do Trabalho pela PUC –MG

De uns tempos para cá, a sociedade brasileira está mais e mais cansada de tanta corrupção, desonestidade, patifarias e outras velhacarias imorais. A falta de princípios e de valores virtuosos parece estar, cada vez mais, se alastrando por todos os âmbitos da sociedade. É preciso, assim, que retomemos a questão moral, a questão do bem e do mal, do humano e do inumano, inclusive no interior do processo.

Sabemos que a queixa social hoje é freqüente e demasiada. Estamos sempre reclamando, intensamente, com amigos e conhecidos, das inúmeras imoralidades que são cotidianamente expostas e veiculadas pela mídia. Mas tais imoralidades não se circunscrevem ao que vemos na *tela* dos noticiários, ou ao que lemos nas revistas e nos jornais. A imoralidade, ou amoralidade, não está somente na esfera do coletivo. A falta de ética, de solidariedade e de honestidade que vemos por aí advém, essencialmente, e com maior e mais intensa gravidade, do próprio âmago da nossa individualidade. Somos todos, na verdade, legítimos partícipes e responsáveis pelo país que temos; somos causadores dos fatos que tantas vezes criticamos, culpamos e amarguramos. Cada indivíduo, seja com maior ou menor intensidade, é colaborador desse resultado catastrófico das dificuldades e infelicidades cotidianas.

Tornou-se mais fácil, no entanto, escolhermos como os responsáveis pela desorganização social e política do país, apenas os entes que são representativos da coletividade e do *abrangente*. Culpar as instituições básicas formadoras da sociedade e do Estado tornou-se mais cômodo e conveniente do que responsabilizar cada um dos cidadãos brasileiros, os reais e verdadeiros participantes desse mal-estar generalizado.

A falta de moral se alastra cheia de exemplos negativos e egoístas. Parece ser passada de geração em geração e de pais para filhos. A cada grande ou pequeno gesto negativo delinea-se o cenário do universal negativo e imoral que conhecemos, do social que é rejeitado por todos, do país que a toda hora tanto nos envergonha.

Neste quadro, temos comportamentos imorais para todos os gêneros e preferências: do crime do *colarinho branco*, que tanto nos causa repulsa, ao pequeno sonegador de imposto de renda; do sujeito que se acha no direito de parar em fila dupla no trânsito (ainda que bem *rapidinho*) ao que alcoolizado causa vítimas mortais; do bandido que furta uma galinha no quintal do vizinho ao que furta milhões dos cofres públicos; dos indivíduos que jogam seus filhos da janela de suas casas aos que apenas negligenciam o cuidado elementar com seus descendentes ou ascendentes; dos *espertinhos* que se julgam no direito de fraudar combustível aos que se julgam sortudos pelo *troco* a mais recebido na padaria, por equívoco de um *caixa* displicente. Os relatos e casos são inúmeros e infundáveis. Todos nós bem os sabemos e conhecemos. Todos temos consciência de sermos responsáveis, em menor ou maior potencialidade, pela imoralidade geral que se instaurou. Somos, portanto, participantes desse caos de imoralidade, seja através de ações negativas, seja através de omissões insensíveis e sempre prontamente justificadas.

Fala-se demais e muito pouco se é feito. Culpamos políticos e não os eleitores. Culpamos a polícia e não os malfeitores. Culpamos o judiciário e não os litigantes desonestos. Cada um esquece sua parte e, sem dúvida, esquece que é real participante desse modelo social negativo do qual tanto nos enojamos e tanto nos envergonhamos. Deixamos de perceber que o coletivo gerado é, em essência, o espelho retalhado da individualidade negativa e perversa.

Os pequenos gestos virtuosos e as pequenas gentilezas vão sendo esquecidos e deixados de lado. Algumas pequenas condutas honestas, de raros indivíduos de caráter, imersos ou submersos nesse contexto caótico da imoralidade, passam a ser substrato para o palco de certos noticiários e para a consagração de celebridades insossas e momentâneas. O honesto tornou-se a exceção. O honesto tornou-se notícia televisiva, artigo de luxo e objeto de raridade social. Os atributos do esperto e do malandro, porém, afloram cada vez mais como regra, ainda que inconscientemente, e vão se tornando admiráveis e almejados, seja por serem capazes de atrair riqueza, seja por serem capazes de nos tornar respeitáveis e poderosos.

Daí porque, no Judiciário, também, já se pode sentir e perceber todos esses sintomas da imoralidade do coletivo e do individual. Aqui, onde os conflitos se deságuam e onde duelos sofríveis são travados, os juízes e os demais participantes do processo (partes, testemunhas, advogados, peritos, servidores e outros) começam a perceber todas essas facetas do imoral e do desonesto. Deparamo-nos diariamente com um absurdo e crescente número de testemunhas mentirosas, com a desfaçatez de certas declarações e com a falta de caráter de certos litigantes. Por aqui a verdade vai se tornando exceção. A verdade passa a migrar para a obscuridade. Para encontrar a verdade o juiz passa a precisar de exercícios e esforços de hércules, criando fórmulas jurídicas criativas de interpretação, para desfazer injustiças e distorções processuais. É preciso sempre, pois, suprir lacunas. Isso porque a verdade fica, muitas das vezes, escondida atrás das testemunhas mentirosas e dos maus profissionais. A verdade aos poucos vai se escondendo atrás dos litigantes desonestos, dos litigantes espertos e às vezes contumazes. O processo se torna, de certa forma, uma armadilha intrincada. Nem sempre o litigante vencedor é o litigante que está com a razão moral e jurídica; muitas das vezes o vencedor da contenda é aquele que é o mais *esperto*, o que tem mais recursos, o que tem bons advogados e, às vezes, o que tem mais poder. Mas, ainda assim, diante disso tudo, somos capazes de nos interrogarmos e nos perguntarmos, quem serão os verdadeiros culpados e vilões dessa história. Seriam culpadas somente as outras pessoas?! Quem seriam os culpados? Por que tanta injustiça? Seriam culpados os políticos, as leis, a polícia, o judiciário? Não. Culpados somos nós. Culpados somos cada de um de nós. Culpado não é o processo, o Judiciário, as leis arcaicas. Culpado não é a república *tupiniquim* ou o estado democrático de direito do *jeitinho* brasileiro, culpados não são apenas os corruptos, os ricos e os desonestos, culpados somos todos nós!

E é exatamente porque não gostamos ou queremos ser vítimas de injustiças, é que precisamos mudar e nos conscientizar. Porque não gostamos de ser vítimas de políticos corruptos, de policiais despreparados, de um judiciário injusto ou moroso, é que precisamos dar conta das virtudes e dos valores salutareis para essa mudança. Todos devem estar cientes de seu papel. Cada cidadão deve estar ciente de sua importância, dos seus direitos e sobretudo dos seus deveres. Nessa linha o juiz deve estar ciente e atento ao seu compromisso com a justiça e com a legalidade. Os advogados devem estar cientes de seu papel de expor os fatos conforme a verdade. Os litigantes devem estar cientes de que a guerra também tem regras e comporta limites. As testemunhas precisam saber o seu papel essencial, pois elas são imprescindíveis para trazer à tona a verdade ao judiciário. Não é só moralidade jurídica, é moralidade de cada indivíduo integrante da sociedade.

É preciso que todos estejamos cientes de que quando uma testemunha mente, quando um litigante distorce os fatos, quando cada operador do direito descumpre seu papel, as vítimas não são apenas os vencidos, as vítimas, que se formam, não são os juízes, não são os advogados, não são as testemunhas ou apenas as partes. As vítimas somos todos nós. As vítimas são os nossos amigos, nossos colegas, nossos parentes e muitas pessoas que estimamos. As vítimas tornam-se todos aqueles que necessitam e recorrem à justiça, dos que querem dignidade, e de todos que querem e merecem respeito.

Por isso, todos nós precisamos, cada um a sua maneira, zelar pelo compromisso ético do processo. Precisamos estar comprometidos sempre com a verdade e a

lealdade. Devemos evitar as artimanhas processuais, as distorções de caráter e da boa-fé. Devemos tolher a impunidade, para assim evitarmos a desmoralização de nossas instituições. Chega de dissimulações.

E lembremos o velho aforisma: os lobos entredevoram-se entre si!